

O SERVIÇO MÉDICO À PERIFERIA
NO CONCELHO DE AVIS
1976-1977

No primeiro ano do serviço médico à periferia, 1975/76, a deslocação para os concelhos do interior era voluntária, e a adesão foi entusiástica. Estava-se em pleno processo revolucionário, e os médicos acabados de se licenciar acompanhavam o espírito do tempo. Quando 1976 chegou, a situação política tinha-se alterado significativamente após o 25 de novembro. Em reunião convocada para se discutir a deslocação, a maioria dos médicos votou contra o serviço, pondo, dessa maneira, em causa a sua continuação. Foi igualmente o espírito do tempo a acompanhar aquela decisão. Acabou por ser o ministro Armando Bacelar, do I governo constitucional, a resolver a situação, colocando como condição de acesso ao internato das especialidades a participação dos médicos naquele serviço, que, entretanto, foi institucionalizado, até 1982, e mais tarde considerado a base do SNS.

A escolha do concelho de Avis, no distrito de Portalegre, não se fez por acaso, era ali que que estava instalada uma das mais importantes realizações da Reforma Agrária, a Cooperativa 1º de Maio, exemplarmente organizada e gerida pelos trabalhadores agrícolas. Acabou por se verificar que a equipa, além de Avis, iria ter de prestar cuidados de saúde no concelho vizinho, Sousel. Ao todo, eram dois hospitais concelhios e dez postos de consulta, dos quais, seis em Avis, e quatro em Sousel. Foi desta maneira que a equipa, constituída por oito médicos, se distribuiu pelos dois concelhos, cobrindo uma população 14 000 habitantes, na altura, dos quais 20% com mais de 64 anos, sendo a primeira vez que aqueles dois concelhos atingiram um ratio de 1 médico/1 750 habitantes.

Instalados numa habitação cedida e paga pela Câmara Municipal, nos cerca de doze meses de atividade, a equipa passou a realizar consultas de ambulatório em todas as dez freguesias, com a periodicidade ajustada à demografia de cada, mas, pelo menos, duas vezes por semana. O hospital de Avis foi posto a funcionar, procedendo-se ao internamento dos casos para os quais a equipa tinha habilitação e tinha recursos para o fazer. O que sobretudo provocou satisfação na população foi saber que toda a procura

tinha uma resposta no mesmo dia, qualquer que fosse a hora e o dia da semana, uma vez que a partir das 18 horas passava a funcionar um serviço de atendimento permanente. Foi igualmente estabelecido um sistema de referência para o hospital distrital de Portalegre para os casos em que a equipa não dispunha de condições para resolver, tendo sempre funcionado sem dificuldades ou restrições. Além do diagnóstico e tratamento das doenças agudas, nomeadamente das sazonais, fazia-se o acompanhamento das doenças crónicas, onde sobressaía a mais prevalente de todas, a hipertensão arterial. Mas a equipa tinha também a capacidade de realizar partos eutócicos, e resolver os casos de fraturas não complicadas.

O que se pode dizer daquela permanência de menos de um ano, num concelho com escassos recursos e com profissionais médicos no início de formação, é que foi possível efetuar uma extensa lista de cuidados de saúde, incluindo a vacinação, os cuidados às grávidas e às crianças, e o internamento das situações que não exigiam tecnologia diferenciada. Foi este o contributo que a equipa deu para a saúde da população de Avis e Sousel, mas também os ensinamentos que se tiraram para o SNS, que passados três anos seria constituído.

A equipa de Avis/Sousel

Cipriano Justo, Clarice Fonseca Santos, José Gomes, Manuel Dias, Manuel Vinagre, Maria Deolinda Barata, Maria do Céu Leitão, Maria Manuela Fernandes